



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.  
Sub-eixo: Relações patriarcais de gênero e raça.

## “TUDO MUDA, MAS NADA MUDA”: A DESIGUAL PARTICIPAÇÃO DE HOMENS NO TRABALHO DOMÉSTICO

FERNANDA MARQUES DE QUEIROZ<sup>1</sup>  
MARIA ILIDIANA DINIZ<sup>2</sup>  
FERNANDA ABREU E OLIVEIRA<sup>3</sup>  
MAILLA MORAES DA SILVA<sup>4</sup>

**Resumo:** O artigo visa desvelar como a divisão sexual do trabalho se expressa a partir da relação vida profissional/vida familiar no cotidiano de homens de classe média/média alta e populares. Analisaremos como se efetiva a participação destes homens no trabalho doméstico da cidade de Mossoró-RN e como compreendem a divisão sexual do trabalho, tendo em vista que pesquisas constataam um aumento da participação dos homens nas atividades domésticas, contudo, a responsabilização por tais atividades ainda é quase que exclusivamente das mulheres. Tomamos como referencial a divisão sexual do trabalho, as relações patriarcais de gênero, bem como o método materialista histórico-dialético.

**Palavras-chave:** Divisão sexual do trabalho; Trabalho doméstico; Relações patriarcais de gênero.

**Abstract:** The article aims at unveiling how the sexual division of labour is expressed from the professional relationship/family life in the everyday life of the middle class/upper middle and popular. We will look at how is done the participation of these men in the domestic work of the city of Mossoró-RN and how do they understand the sexual division of work, considering that a research notices an increase in the participation of men in domestic activities, However, the responsibility for such activities is still almost exclusively of women. We take as a reference the sexual division of work, the patriarchal gender relations, as well as the historical-materialist dialectic method.

**Keywords:** sexual division of labor; Housework; Patriarchal gender relations

### 1. INTRODUÇÃO

A não consideração do trabalho doméstico como trabalho silenciou e tornou invisível, por muito tempo, relações desiguais de poder entre homens e

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: <fernandamarquesdequeiroz@gmail.com>

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

<sup>3</sup> Professor com formação outras áreas. Universidade Potiguar.

<sup>4</sup> Estudante de Graduação. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

mulheres. Como as atividades domésticas eram baseadas nos vínculos de casamento e reciprocidades parentais, as relações de subalternidade e opressão entre os sexos ficavam escondidas na cumplicidade familiar, que reserva às mulheres o amor e o cuidado à família e aos homens a provisão financeira.

O trabalho doméstico é aqui entendido como conjunto de atividades e tarefas diárias destinadas à produção de valores de uso, bem como os serviços necessários para atender às necessidades da reprodução da força de trabalho envolvendo um conjunto de atividades realizadas na esfera privada e familiar sem as quais a reprodução humana não estaria assegurada. (MACHADO, 2014)

O curso da história delineou um modelo de família patriarcal burguesa cuja protagonista, a mãe, seria a responsável por dispensar especial atenção ao cuidado e à educação de filhos/as, assumindo a formação moral das crianças no interior dos lares. Nessa configuração, os espaços públicos seriam de direito dos homens, vistos como provedores e chefes da família. A partir do momento em que o trabalho doméstico passou a ser analisado como trabalho, tanto quanto o trabalho profissional, caminhos foram abertos para se pensar em termos de “divisão sexual do trabalho” (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Histórica e culturalmente, especialmente na sociedade capitalista-patriarcal-racista sempre coube às mulheres a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com a família, independentemente de sua idade, condição de ocupação e nível de renda. O trabalho doméstico recaía sobre as mulheres com base no discurso, presente até hoje, da naturalidade feminina para o cuidado. Essa atribuição social do cuidado ao feminino, primeiramente, limitou a vida das mulheres ao espaço privado, e posteriormente, com as transformações socioeconômicas e a busca de independência feminina, é marcada pela desigualdade salarial, precarização do trabalho, dentre outras.

Há, portanto, um claro esforço na manutenção de um modelo que garante a coextensividade dos espaços políticos - de trabalho e doméstico - que se estruturam a partir da lógica de divisão de papéis socialmente estabelecidos como “femininos e masculinos”, assegurando o espaço da reprodução como eminentemente feminino e se conectando com os

marcadores de diferenças necessárias para garantir postos e salários desiguais entre homens e mulheres na esfera do trabalho.

Neste sentido, o presente artigo apresenta os resultados da pesquisa de m de iniciação científica intitulada - **“Tudo muda, mas nada muda”**: **homens e divisão sexual do trabalho na esfera doméstica** realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com oito homens das classes populares e oito homens das classes médias e médias altas residentes em Mossoró-RN com o objetivo de desvelar, a partir da relação vida profissional/vida familiar como estes compreendem a divisão sexual do trabalho, como percebem o trabalho doméstico e se os mesmos participam ou não dos domésticos no espaço de suas casas, face às novas demandas impostas pelo ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho. Buscaremos ainda, apreender quais são as tarefas realizadas por estes homens no espaço doméstico.

## **2. RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**

O estudo de algumas categorias em particular se mostra essencial para a compreensão da dinâmica da desigualdade existente entre homens e mulheres no mundo laboral enquanto fruto de um sistema patriarcal-capitalista-racista. Dentre elas cumpre destacar as relações patriarcais de gênero enquanto equivalentes de uma forma específica e nefasta de vivência socialmente construída e legitimada trazendo impactos negativos para a vida das mulheres.

Em todos os tempos as diferenças existentes entre homens e mulheres foram convertidas em elementos de desigualdade, de discriminação, de dominação e subjugação de um grupo por outro. De maneira geral, o centro da problemática associada a tais expressões está na forma como a sociedade, por elementos culturais e econômicos, gera desigualdades tomando por ponto de partida aquilo que só se pode nominar de diferença. (QUEIROZ, 2008)

Mesmo sendo uma palavra de origem deveras antiga, o patriarcado, na perspectiva feminista gestada a partir dos anos 1970, especificamente no Ocidente, consiste em “uma formação social em que os homens detêm o

poder” ou deles são titulares, associando-se essencialmente à dominação masculina e à “opressão das mulheres”, contexto no qual se apresenta como um sistema a ser combatido (DELPHI, 2009).

Embora sem definição uníssona, as palavras “gênero”, “patriarcado” e “relações sociais de gênero” são aqui empregadas em conjunto, recusando-se sua leitura enquanto relações individuais para se vislumbrar neles um sistema total que impregna e comanda o conjunto das atividades humanas, coletivas e individuais. Trata-se de termos que, sendo lidos sob a ótica feminista, apresentam-se em uma relação de complementaridade, indo para além da mera constatação da dominação masculina para, em uma abordagem explicativa e histórica, afirmar a existência de um sistema sociopolítico em particular – o patriarcado. (DELPHI, 2009).

Isto, no entanto, não é capaz de conferir um tom uníssono a tais expressões. Quando se trata em particular do termo gênero, é possível falar-se na ênfase a aspectos diferenciados da expressão, embora sob a advertência crítica de que “o conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres” (SAFFIOTI, 2004, p. 45), sendo, portanto insuficiente para identificar as mulheres como sujeitos que sofrem a opressão/dominação/exploração. Nada obstante, de maneira geral, existiria um limitado campo de consenso a permitir que se afirme o gênero como a construção social do masculino e do feminino.

Compreender e propor enfrentamento às mais variadas estruturas que repousam sob a proteção desse sistema sócio-político que engendra desigualdades não tem sido uma tarefa fácil, especialmente em uma sociedade cujos avanços tecnológicos e as mais variadas mudanças inerentes aos papéis sociais atribuídos às mulheres e homens nos espaços públicos e privados parecem remeter o senso comum à ideia de alcance da igualdade de gênero aliada à extinção do patriarcado.

No entanto, “como os demais fenômenos sociais, também o patriarcado está em permanente transformação” (SAFIOTTI, p. 45, 2004). O poder patriarcal que, na Roma Antiga, conferia ao patriarca a disponibilidade sobre a vida e a morte de sua esposa e de seus filhos/as, assume hoje outras formas

de desigualdades, dentre elas mais variadas expressões de violência e discriminação.

As expressões do patriarcado e em particular das relações patriarcais de gênero podem revestir-se de formas mais sutis e não menos naturalizadas. Ou seja, a reprodução do sistema de dominação patriarcal apresenta como um de seus principais desafios o enfrentamento ao “[...] discurso de uma igualdade sob os moldes mercadológicos, o qual se ancora na ideia central de que a igualdade real já teria sido alcançada pelas mulheres através de sua inserção no “mercado de trabalho formal” (DINIZ, 2017, p. 133).

Nesse contexto de subvalorização e invisibilização das mulheres, a desvalorização e a desqualificação de seu trabalho, assim como “[...] a atribuição de papéis através de construções sociais específicas e funcionais ao modo de vivência capitalista, são aspectos determinantes do sistema patriarcal de gênero” (DINIZ, 2017, p.134).

Isto nos remete à realidade de que esse sistema é produtor e reprodutor das desigualdades presentes no âmbito da divisão sexual do trabalho, pensando o trabalho, destarte, como uma outra categoria socialmente determinada e que apresenta sentidos distintos para homens e mulheres no contexto da sociedade capitalista.

A expressão divisão sexual do trabalho também remonta ao início dos anos 1970, quando seu arcabouço teórico foi moldado pelas teóricas e militantes feministas francesas à luz do reconhecimento de que parte substancial do trabalho executado pelas mulheres era realizado de forma gratuita e socialmente invisível, sendo a elas atribuído sob conotações naturalísticas e sentimentais e sem qualquer tipo de reconhecimento e valorização. Neste sentido, “o resultado de uma tal visão crítica viria a ser o tratamento das atribuições domésticas como tipo de trabalho, tanto quanto o trabalho designado profissional”. (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 597)

Esse movimento, na França, não se encerra na noção inicial de “articulação” apenas entre duas esferas distintas de trabalho – a doméstica e a profissional. Inicialmente, seu emprego generalizado, em especial nas ciências sociais, levou a uma reestruturação da forma de se pensar “o trabalho e suas categorias, suas formas históricas e geográficas, a inter-relação de múltiplas

divisões do trabalho socialmente produzido” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 598-599,).

Em tal contexto, a divisão sexual do trabalho, situada histórica e socialmente, seria “uma forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos” (HIRATA e KERGOAT, 2007. p.45), sendo indispensável à sobrevivência dessas relações e pautando-se, prioritariamente, na atribuição da esfera produtiva aos homens e da esfera reprodutiva às mulheres, o que invariavelmente resulta em apropriação pelos homens das funções com maior valor social.

Essa conceituação geral, que congrega elementos já sedimentados no interior da categoria divisão sexual do trabalho, dependeria de uma análise mais acurada, alcançando-se aí dois princípios constitutivos: o *princípio da separação*, que divide os trabalhos de homens e de mulheres e o da *hierarquização*, no qual o trabalho dos homens vale mais do que o das mulheres os quais, a par de valerem para toda e qualquer sociedade, seriam legitimados pela “ideologia naturalista”, indicando-se aí o desempenho sob a justificativa de se constituírem em “destino natural da espécie”.

Essa permanência não significaria, entretanto, imutabilidade, de sorte que a esta divisão, embora bastante variante no tempo e no espaço, ancora-se na permanência de uma “distância entre os grupos de sexo, de sorte que embora se fale que a condição feminina melhorou, a distância entre a condição feminina e a condição masculina persiste”. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599)

Certamente muito desse distanciamento pode ser percebido na análise das entrevistas realizadas durante a pesquisa, em particular quando se vislumbra a afirmação pelos homens de que a sociedade brasileira evoluiu quanto à igualdade entre homens e mulheres. Contudo, tais concepções não consideram os impactos significativos da desigual distribuição das tarefas entre homens e mulheres na esfera doméstica. Destarte, elementos como a divisão desigual das tarefas domésticas e ainda a responsabilidade quase que exclusiva das mulheres por tais tarefas, mesmo quando elas desenvolvem atividades profissionais fora do lar, deixam claro que essa distância persiste, apesar de algumas discretas mudanças. Soma-se a isto que os processos de naturalização social desse distanciamento ainda se constituem em

mecanismos importantes de sua continuidade, justificada pelos entrevistados à luz dos ensinamentos domésticos familiares adquiridos ao longo de suas vidas.

Hirata e Kergoat (2007) associam a quebra dos paradigmas conceituais do trabalho ao rompimento da perspectiva funcionalista da família, *locus* antes compreendido de forma exclusivamente natural e biológica, numa noção restrita a par do reconhecimento de suas atividades como trabalho.

É que, de fato, enquanto essencialmente fundada em aspectos naturalistas, com atribuição de papéis específicos, emocionalmente divididos, diversos e justificados a homens e mulheres, a instituição familiar caminha lado a lado com a divisão sexual do trabalho, endossando-a, legitimando-a e garantindo-lhe continuidade no contexto das relações patriarcais de gênero.

O emprego de jornadas extensivas e intensivas de trabalho, com apropriação integral do tempo feminino, qualifica esse modelo de divisão sexual, atingindo-se aí um ponto da presente análise na qual os princípios da separação e da hierarquia referidos por Hirata e Kergoat (2007) associam-se às dimensões do tempo socialmente gendrado.

Associar a análise das categorias trabalho e divisão sexual do trabalho no contexto das relações patriarcais de gênero, ao fenômeno tempo, exige inicialmente que se reconheça que, para além de sua dimensão natural, o tempo é um “processo que construímos como parte de nossa trajetória pessoal, dentro das condições de sociabilidade com as quais convivemos, ficando claro que a decisão sobre seu uso não é autônoma” (DEDECCA, 2008, p. 281).

Especialmente nas últimas décadas, com a crise, a crescente tecnologia e os seus consequentes rearranjos empresariais, destacam-se as exigências de ampliação do tempo associado à “reprodução econômica” e consequente redução do tempo livre para o/a trabalhador/a, “[...] num movimento que se apresenta de forma diferenciada para homens e mulheres, em aspecto de manutenção da desigualdade da divisão sexual do trabalho” (DEDECCA, 2008, p. 288).

Nesse sentido, tanto no tocante ao trabalho doméstico, classificado aqui como trabalho para a reprodução social, quanto o trabalho profissional, qualificado aqui como trabalho para a reprodução econômica, o regime de trabalho para o primeiro caso e a jornada de trabalho para o segundo caso,

permitem afirmar a desigual divisão sexual do trabalho socialmente estabelecida, independente da classe social ocupada por homens e mulheres.

A repartição dos afazeres domésticos na sociedade atual aponta que o acesso das mulheres ao trabalho de reprodução econômica não lhes subtraiu a responsabilidade pelos afazeres domésticos em situação de desigualdade em relação aos homens, seja numa perspectiva de execução direta de tais afazeres, seja em uma ótica de delegação destes.

Tais assertivas podem ser visualizados por meio de dados de pesquisas recentes nas quais a distribuição dos cuidados com a casa permanece desigual nos lares brasileiros. Contudo, vale destacar que há mais homens realizando tarefas domésticas do que há um ano, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - Outras Formas de Trabalho, referente a 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2017, 84,4% da população de 14 anos ou mais de idade realizavam afazeres domésticos no domicílio ou na casa de parentes, o equivalente a 142,4 milhões de pessoas. Em 2016, a taxa de realização de afazeres domésticos era mais baixa, de 81,3%.

As mulheres estavam à frente dos homens em todos os tipos de afazeres domésticos, exceto pela execução de pequenos reparos ou manutenção do domicílio, automóvel, eletrodoméstico ou outros equipamentos, citado por 63,1% deles e apenas 34,0% delas, que a nosso ver reforça as atividades socialmente atribuídas aos homens.

As maiores discrepâncias ocorreram no preparo de alimentos - conduzido por 95,6% das mulheres que faziam tarefas domésticas, mas somente 59,8% dos homens que trabalhavam no cuidado da casa - e limpeza ou manutenção de roupas e sapatos - atividade executada por 90,7% delas e apenas 56,0% deles, reiterando a responsabilização das mulheres pelo espaço do lar.

De maneira geral, a inserção no mercado de trabalho ou o acesso ao trabalho de reprodução econômica pelas mulheres, antes de gerar relações de cooperação e conciliação entre atividades desempenhadas por homens e mulheres quanto aos afazeres domésticos, gestou uma situação a qual essa

conciliação só é real se pensada quanto à obrigação em que as mulheres se colocaram quanto a conciliar elas próprias os dois tipos de labor em questão, com impactos perversos e múltiplos sobre o uso de seu tempo. (MACHADO, 2014).

### **3. O CARÁTER DE “AJUDA” DA PARTICIPAÇÃO DOS HOMENS NOS AFAZERES DOMÉSTICOS**

Cotidianamente, é dispensado um determinado tempo às pessoas para a realização do trabalho nas esferas da produção e reprodução. Todavia, essa noção de tempo não se limita ao tempo cronológico, mas ao tempo social e econômico, que se configura de maneira abstrata e depende das características da organização do tempo social desenvolvida (DEDECCA, 2008). Acrescentamos a estas características as condições de classe e gênero.

O tempo social se configura no tempo gasto com os afazeres domésticos, trabalho esse desvalorizado mediante uma sociabilidade fundada no sistema patriarcal/capitalista geralmente realizado pelas mulheres, devido à desigual divisão sexual do trabalho, que corrobora para a permanência das mulheres nos espaços privados do lar. Já o tempo econômico é aquele destinado aos trabalhos remunerados, desenvolvidos em sua maioria pelos homens. Assim, o uso desse tempo é destinado pelos mais variados processos sociais e econômicos, porém, não são decididos por nós.

Envolvidos no processo dos tempos sociais e econômicos, indagamos aos nossos entrevistados sobre as horas dispensadas por eles para cada uma dessas esferas. Foi notório que todos eles dispensam mais tempo para o trabalho produtivo do que para o reprodutivo, mesmo aqueles que possuem uma jornada de trabalho com carga horária mais reduzida e flexível.

Ao serem indagados sobre o tempo (horas) dispensados diariamente ao trabalho profissional e para o trabalho doméstico apontaram:

Realizo em torno de 5 horas no meu emprego (José)<sup>5</sup>.  
Acho que deve dá em torno de uma hora no máximo meu trabalho em casa.

São 8 h por dia. (Ricardo)  
Acho que umas 2h por dia, uma base, porque varia muito do que eu fizer..

Os entrevistados colaboram de forma minimalista com o trabalho doméstico, salvo poucas exceções apenas um entrevistado afirmou realizar mais afazeres domésticos do que sua esposa. Os demais afirmaram que suas companheiras são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico.

Mesmo que eu ajude, acho que ela faz mais. (Ricardo).

No caso é ela, eu vou dizer que se você juntar tudo na esfera de 100%, eu diria que 40 a 50% fica nas mãos dela, e os demais a gente divide entre eu e meu filho. (Zeca).

Mediante os resultados produzidos foi revelado que no interior deste tempo socialmente e economicamente dispensado, há um recorte de classes. Os homens de classe média e alta dispensam um pouco mais de tempo para o trabalho doméstico de que os homens das classes populares, coadunando com pesquisas nacionais e internacionais<sup>6</sup>.

[...] tem toda parte da jardinagem que é comigo, limpeza de piscina [...] manutenção da casa de uma forma geral é toda comigo, a parte da alimentação geralmente sou eu que faço. Final de semana só quem cozinha sou eu. (Carlos – classe média/alta).

---

<sup>5</sup> Os nomes dos entrevistados são fictícios a fim de resguardarmos a identidade dos entrevistados de acordo com a Resolução nº 510/2016 de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

<sup>6</sup> Barbosa e Costa (2017) - pesquisadoras do IBGE/IPEA, apresentam dados estatísticos da Organização Internacional do Trabalho - OIT, demonstrando que nas atividades de afazeres domésticos, as mulheres trabalham, em média, pelo menos o dobro do que os homens. No Brasil, essa diferença é ainda mais expressiva. Enquanto os homens dedicam aproximadamente onze horas semanais a afazeres domésticos, entre as mulheres brasileiras, a média de horas dedicadas a essas atividades situa-se em torno de vinte e seis horas (IBGE, 2015). Para maiores aprofundamentos consultar: Mercado de trabalho: conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. Brasília N. 62 anos 23, abril 2017- disponível em <  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/170505\\_bmt\\_62.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/170505_bmt_62.pdf)>.  
Acessado em: 10 de setembro de 2017.

A limpeza da casa é dividida, [...]um vai varrendo, outro vai passando o pano, eu lavo a louça, faz outra coisa, é assim. (Dantas – classe média/alta).

Eu saindo daqui chegando em casa a única coisa que eu faço quando eu chego em casa é botar o comer do cachorro e pronto. (Rodrigo – classe popular).

Às vezes eu limpo o muro quando estou muito disposto aí eu limpo, ajeito uma coisa e outra, mas não muito. (Saulo – classe popular).

Essa participação se dá tanto durante a semana quanto no período do final de semana, em que os homens das classes médias e média altas destinam um maior tempo para a realização das tarefas do lar, enquanto os homens das classes populares destinam esse período quase que exclusivamente para descanso. Salvo poucas exceções, os homens de ambas as classes dedicam um tempo mínimo às atividades domésticas sempre com “caráter de ajuda”.

Quando indagamos aos homens de classe média e média alta sobre as atividades domésticas realizadas nos finais de semanas, afirmaram:

Cuidado com as plantas, limpeza da piscina e fazer a alimentação, então eu dedico o final de semana todo pra isso, quando a gente não almoça fora, quando não tem alimentação fora né, na rua ou em algum evento, então sou eu que faço. (Carlos).

Normalmente sou eu que lavo a louça normalmente no final de semana, o café da manhã se repete e normalmente eu lavo a louça e as compras da feira sou eu que faço. (Fernando).

Já os homens das classes populares apontaram:

[...] eu tiro mais para o descanso. (Caio).

Limpar o quintal, eu que limpo, a coisa que faço é limpar o quintal, todinho e só. (Rodrigo).

É notório que o tempo social dispensado pelos homens das diferentes classes para a realização das atividades nos finais de semana não são equivalentes, salvo exceções, os homens das classes populares realizam menos essas atividades, ficando as mesmas sob a responsabilidade das suas companheiras ou filhas, já que esses afirmaram não possuir empregadas

domésticas, ficando aí explícito o marcador de classe social. Assim, para as mulheres, os finais de semana não são destinados para o descanso, mas sim, uma continuidade da carga extensiva e intensiva de trabalho doméstico imposto a elas.

Segundo (DEDECCA, 2008, p. 287), “seja em sociedades desenvolvidas, seja em sociedades em desenvolvimento, o trabalho da reprodução social é preferencialmente de responsabilidades das mulheres”.

Pensando o trabalho da reprodução social, Bruschini e Ricoldi (2012, p.263) apontaram cinco blocos de atividades constituintes do trabalho doméstico:

1) cuidado com a moradia familiar (limpeza, arrumação, cuidado de plantas, limpeza e manutenção de utensílios domésticos etc.); 2) alimentação e higiene pessoal,[sic] cozinhar, lavar utensílios, costurar, lavar e passar roupas); 3) prestação de cuidados físicos e psicológicos aos membros da família (cuidado com filhos, idosos ou dependentes); 4) administração da unidade doméstica (administração do patrimônio e das contas do domicílio e aquisição de bens de consumo); e 5) manutenção da rede de parentesco e de amigos (visitas, telefonemas e troca de presentes ou de pequenos favores, reforçando laços de solidariedade).

Exporemos os resultados obtidos sobre a divisão sexual do trabalho doméstico entre homens das classes média e média alta e das classes populares à luz dos cinco eixos supracitados. Majoritariamente, em ambas as classes, quando indagamos sobre o primeiro eixo referente aos cuidados com a moradia familiar, estes reiteraram que são realizados pelas mulheres.

Ela que arruma a casa, eu limpo no caso se ela tá doente, aquele negócio de não pode fazer, eu ajudo. (Caio – classe popular).

É meio que rachado, por exemplo: Jardim, as plantas é comigo. Já a varrição, a arrumação de móveis é a esposa. Louça é com ela também...manter tudo organizado. (Renato – classe média/alta).

Em ambas as classes a principal responsável por essas atividades que se referem aos cuidados com a moradia é a mulher. Poucos homens contribuem com algumas atividades, todavia não retiram a centralidade das suas companheiras. Ainda de forma mais atenuante, há uma ausência maior

de homens das classes populares nessa esfera, salvo as exceções, quando realizam é por caráter de ajuda ou de extrema necessidade, nos casos de adoecimentos ou na ausência da esposa e/ou filhas.

No segundo eixo - alimentação e higiene pessoal - há uma participação maior dos homens se comparadas ao primeiro eixo em ambas as classes, mas de forma mais significativas nas classes médias e média altas.

Dependendo da conveniência do momento tanto eu quanto ela, tanto eu cozinho quanto ela cozinha, como eu lavo e ela lava. (Luís – classe popular).

A maioria das vezes é mina esposa, mas eu também faço, às vezes tem uma comida diferente, tem uma galinha, mão de vaca e não sei o que, termina eu fazendo, mas principalmente é minha esposa que faz. (Vanderlei – classe média/alta).

Mesmo tendo uma maior participação masculina, esta ainda é ligada à necessidade, ou ao prazer, não se constituindo em uma obrigação rotineira diária. Em sua fala, Vanderlei afirma que quando vai pra cozinha “gosta de cozinhar comidas diferentes”, ou seja, uma espécie de *hobby*. Já as refeições do cotidiano não são de sua responsabilidade, recaindo sobre sua companheira, que mesmo com participação maior dos homens, ainda são as principais responsáveis.

O terceiro eixo - prestação de cuidados físicos e psicológicos aos membros da família - os entrevistados afirmaram ser divididos entre eles e suas companheiras, especialmente os cuidados com os/as filho/as.

Quem passa mais tempo quando tá em casa sou eu, devido ela ficar fazendo as obrigações dentro de casa, passa mais tempo comigo. (Felipe – classe popular).

Nos filhos em si, com a educação é bem rateado assim, os dois, tanto comigo quanto a esposa. (Carlos – classe média/alta).

Em ambas as classes, o cuidado com os/as filhos/as são compartilhados, não se limitando ou deixando sob a responsabilidade exclusiva das mulheres. Todavia, se analisarmos de forma mais aprofundada, a fala de Felipe nos mostra como a jornada extensiva e intensiva das mulheres as sobrecarregam com a responsabilidade quase que exclusiva para com as

atividades domésticas centralizadas especialmente nos dois eixos anteriores, não sobrando tempo para lazer com a família e/ou amigos/as e para o cuidado de si, já que para além do seu tempo gasto economicamente, no caso das mulheres que trabalham fora, quando chegam nos seus lares realizam muitas atividades, ao contrário de seus companheiros.

No eixo - administração da unidade doméstica - a grande maioria, salvo três entrevistados dos dezesseis, ratificaram ser deles a responsabilidade por tais atividades.

Essa parte aí toda sou eu, sabe? Agora assim...administrar, mas o dinheiro não é todo meu, ela também ajuda. (Ricardo – classe popular).

A maioria dessa preocupação ela é comigo. Essa parte financeira ela também é comigo, a dor de cabeça realmente é comigo. (José – classe média/alta).

Talvez por se tratar da esfera financeira socialmente atribuída aos homens a exemplo de manter as despesas da casa, eles se reconheceram como principais responsáveis por esse eixo, mesmo que em alguns casos haja a participação financeira das mulheres, ainda assim eles se autodenominam os responsáveis, desconsiderando a participação das mulheres, a exemplo dos outros eixos em que eles pouco fazem e se reconhecem como copartícipes. Relatam ainda ser a “dor de cabeça” das finanças responsabilidade deles, invisibilizando as demais dimensões do trabalho doméstico desvalorizado e não pago.

No eixo - manutenção da rede de parentesco e de amizade – observamos que nas classes média e média alta foram bem divididas entre os homens e as mulheres, porém, na classe popular majoritariamente a responsabilidade é exclusiva das mulheres.

Ela é mais disponível para essas questões, ela é mais sensível a essas questões, sinceramente eu não me ligo muito não. (Luís – classe popular).

Vixe, isso tudo aí é ela. Mulher já gosta disso né? Eu gosto quando ela faz, mas assim...sou muito desligado, quem se liga nisso tudo é ela. (Ricardo – classe popular).

Às vezes é ela às vezes sou eu. (Fernando – classe média/alta).

Sendo um conjunto de atividades que requer atenção e que para eles envolve mais a esfera sentimental, os homens atribuem tais responsabilidades para as mulheres, já que socialmente e culturalmente as mulheres possuem essa “qualidade natural” legitimada pela sociedade patriarcal/machista que associa às mulheres o cuidado com filhos e com a manutenção das relações de parentesco.

## **CONCLUSÃO**

A divisão sexual do trabalho está imbricada a uma outra configuração que se expressa em termos de relações que associam homens à produção e à esfera pública e mulheres à reprodução e ao espaço privado, conferindo a essas associações, dentro do mesmo princípio hierárquico, uma qualificação da primeira como sendo proveniente da esfera da cultura e da segunda como sendo da esfera da natureza, ou seja, como algo dado.

Vale ressaltar que a divisão sexual do trabalho tem uma consequência importante na reprodução ampliada das diferentes instituições sociais – a exemplo da família, esfera do trabalho, educação etc. sobrecarregando as mulheres mediante jornadas intensivas e extensiva de trabalho comprometendo seu tempo livre e sua saúde física e mental.

A reestruturação do conceito de trabalho para alcançar as duas esferas – trabalho produtivo e trabalho reprodutivo é parte de um processo político e de uma prática de produção de conhecimento que se constroem a partir do movimento feminista quando fomenta a categoria divisão sexual do trabalho para o desvendamento do trabalho doméstico.

Ainda que de maneira discreta foi possível apreender alguns indicativos de mudança que podem ou não ser confirmados mediante outras pesquisas, no sentido de uma maior participação dos maridos/companheiros na execução de tarefas domésticas. É preciso lembrar, entretanto, que se trata de um indicativo de mudanças que pode ou não se confirmar quando as gerações mais jovens

amadurecerem e que, mesmo no caso em que os companheiros contribuem com o trabalho doméstico, as mulheres são suas principais realizadoras, confirmando a desigual divisão sexual do trabalho doméstico.

Podemos afirmar que a organização do cotidiano doméstico, é majoritariamente uma responsabilidade feminina nas casas dos entrevistados. As mulheres não são apenas as principais executoras, como também é a figura que organiza, hierarquiza e define quais são as tarefas de manutenção do lar a serem realizadas.

A associação das mulheres ao trabalho reprodutivo é justificada pelos entrevistados com base na “tradição familiar”, sendo a continuidade desse hábito após o casamento tida como algo natural.

Como contrapartida dessa associação, aos homens cabe o trabalho produtivo - trabalhar para o sustento da casa e da família. Essas associações estão tão arraigadas à cultura a tal ponto que a proposta de que os homens não trabalhem e cuidem da casa e dos filhos/as é vista como algo inaceitável, contrariando os estereótipos socialmente atribuídos aos homens pela sociedade patriarcal.

A participação dos entrevistados no trabalho doméstico tanto no universo das classes populares como nas classes médias e médias alta é compreendido e executado como “ajuda” e não como repartição acentuando o caráter de rotina e obrigação do trabalho realizado pelas mulheres na esfera doméstica.

Neste sentido, a divisão sexual do trabalho dá significado às práticas de trabalho no interior de cada uma das esferas - a produtiva e a reprodutiva. No campo produtivo, há uma concepção sobre o que é trabalho de homens e o que é trabalho de mulheres e há uma divisão de tarefas correspondentes. Essa divisão tem repercussões sobre o valor trabalho de ambos os sexos, expresso dentre outros na desigualdade salarial entre homens e mulheres, bem como na desvalorização do trabalho doméstico não remunerado que é realizado quase exclusivamente pelas mulheres.

## **REFERÊNCIAS**

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; RICOLDI, Arlene Martinez. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 20, p.259-287, jan./abr. 2012.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. In: \_\_\_\_\_. **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 279-279

DELPHI, Christine. Patriarcado. In: DICIONÁRIO CRÍTICO DO FEMINISMO. São Paulo: UNESP, 2009. p.173-178.

DINIZ, Maria Ilidiana. **Mulheres como eu, Mulheres como as Outras**: o assédio moral e sexual contra mulheres na esfera do trabalho. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas Configurações da Divisão Sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 37. n.132, p. 595-609, set./dez. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**: outras formas de trabalho. Rio de Janeiro, 2017

MACHADO, Maíra Saruê. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação?. In: \_\_\_\_\_. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS corpo, 2014. p. 51-76

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. **Não se rima amor e dor**: cenas cotidianas da violência contra a mulher. Mossoró,RN: UERN, 2008.